

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO/PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMIDOURO-RJ.**Pregão Eletrônico n.º 058/2024****Processo Administrativo n.º: 2557/2024**

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE BEM VIVER- ABBV, entidade filantrópica sem fins lucrativos, portadora do CNPJ n.º 08.381.383/0001-05, com sede na Rua Alferes Bastos, n.º 279, Centro, Laje do Muriaé-RJ, CEP.: 28.350-000, neste ato representada por seu representante legal, **Ari Alves da Silva Júnior**, brasileiro, administrador, inscrito no CPF sob o n.º 147.676.807-27, portador do RG n.º 235775848, expedido pelo DETRAN-RJ, com domicílio profissional na sede da entidade, com fulcro no Artigo 164, *caput*, da Lei n.º 14.133/21; art. 24 do Decreto Federal n.º 10.024/2019 e item 19.1 do Edital do Pregão Eletrônico n.º 058/2024, via Sistema Registro de Preços, apresentar

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

pelas razões de fato e direito abaixo aduzidas:

I - DA TEMPESTIVIDADE

O ato de impugnação ao edital de Pregão Eletrônico, atualmente, encontra-se regulamentado pelo art. 24 do Decreto Federal n.º 10.024/2019, o qual dispõe que:

Art. 24. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, **até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.**

§ 1º A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação.

§ 2º A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

§ 3º Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.

O item 19.1 do edital do Pregão Eletrônico n.º 058/24 previu o prazo para impugnação do edital em consonância com o prazo previsto na legislação pátria, vejamos:

19.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei n.º 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

Em regra, portanto, a nova regulamentação do Pregão Eletrônico estabeleceu prazo comum a licitantes e a não licitantes de até 03 (três) dias úteis anteriores à data de abertura do certame, para fins de questionamento dos termos do ato convocatório.

Assim, no caso em tela, a data marcada para abertura da sessão é o dia 28/11/2024 (quinta-feira), sendo, dessa forma, o termo final para protocolização da presente impugnação o dia 27/11/2024 (quarta-feira).

Pelo exposto, conclui-se, portanto, pela inequívoca **TEMPESTIVIDADE** desta Impugnação, requerendo seja a mesma acolhida, devendo ser, legalmente, marcada nova data para recebimento das propostas referentes ao presente Pregão Eletrônico.

II-SÍNTESE DOS FATOS

O certame licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, via Sistema de Registro de Preços, foi instaurado pela PREFEITURA DE SUMIDOURO, cujo objeto consiste na “*EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES LABORATORIAIS, para atender às necessidades da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE*”.

O edital já foi objeto de impugnação pela impugnante, sendo que a Administração Pública Municipal, por meio do parecer jurídico elaborado pela Procuradoria-Geral do Município, reconheceu o direito de preferência das entidades sem fins lucrativos para a prestação de serviços relativos ao mesmo processo licitatório, destacando a obrigatoriedade de observância do art. 199, §1º da Constituição Federal e do art. 25 da Lei n.º 8.080/1990.

Todavia, ao publicar a nova versão do edital, a Administração Pública Municipal deixou de inserir essa previsão legal, contrariando o reconhecimento anterior e as normas que regem as contratações públicas complementares ao Sistema Único de Saúde (SUS).

Sendo assim, analisando os termos editalícios apresentados, constata-se a necessidade de retificação, a fim de incluir a previsão de preferência às entidades filantrópicas e sem fins lucrativos, conforme exigido pela legislação vigente.

DOS FUNDAMENTOS LEGAIS

Como é de notório saber, nas contratações complementares de serviços de saúde deverão ser observados os princípios e as diretrizes do SUS, bem como deverão ser observados os ditames

constitucionalmente impostos à Administração Pública e para o estabelecimento dos vínculos formais.

Em se tratando de regras pertinentes a Administração Pública, o procedimento licitatório deve observar irrestritamente a sistematização da norma legal, razão pela qual é indispensável trazer a baila o artigo 199, parágrafo §1º, da Constituição Federal de 1988, que assim dispõe:

Artigo 199. A assistência à saúde é livre à iniciativa privada.

§ 1º. As instituições privadas poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, **tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos. (Grifo Nosso)**

Resta claro e evidente, a posição do legislador constitucional ao legitimar a atuação complementar na atividade de assistência à saúde, preferencialmente – ordem estabelecida pela lei maior do ordenamento jurídico vigente – as entidades sem fins lucrativos, autorizado posteriormente a busca na atividade privada.

Enfim, dúvidas não podem emergir que qualquer Edital trazendo forma de atividade complementar de saúde deve respeitar o disposto no art. 199, parágrafo primeiro da Constituição Federal, dando preferência as Associações sem fins lucrativos, na condição de Organização Social (no conceito estabelecido na Lei 9637/1994) ou filantrópicas.

A Lei Federal n.º 8.080/90, que trata da organização dos serviços de saúde, ao dispor sobre a participação complementar da iniciativa privada, estabelece a mesma regra, *in verbis*:

Art. 24. Quando as suas disponibilidades forem insuficientes para garantir a cobertura assistencial à população de uma determinada área, o Sistema Único de Saúde (SUS) poderá recorrer aos serviços ofertados pela iniciativa privada.

Art. 25. Na hipótese do artigo anterior, as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos terão preferência para participar do Sistema Único de Saúde

Como se não bastasse, contemplando a argumentação apresentada, a Portaria de nº 1, de 28 de setembro de 2017, de Consolidação das normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde, assim dispõe:

Art. 130. Nas hipóteses em que a oferta de ações e serviços de saúde públicos próprios forem insuficientes e comprovada a impossibilidade de ampliação para garantir a cobertura assistencial à população de um determinado território, o gestor competente poderá recorrer aos serviços de saúde ofertados pela iniciativa privada.

(...)

§ 2º **Assegurada a preferência às entidades filantrópicas e sem fins lucrativos** e ainda persistindo a necessidade quantitativa dos serviços demandados, o ente público recorrerá às entidades com fins lucrativos.
(Grifo Nosso)

Portanto, resta **evidente**, o direito de preferência na contratação de entidades sem fins lucrativos na prestação de serviços de saúde, de forma complementar, somente sendo afastado quando a entidade sem fins lucrativos não cumprir os requisitos fixados na legislação vigente, momento em que passa a concorrer com as demais entidades.

Pois bem, dá análise da minuta do edital apresentada pela Administração Pública Municipal, é possível identificar que o novo edital **é OMISSO** quanto à preferência para entidades sem fins lucrativos em relação às lucrativas, conforme previsto no art. 199, § 1º da Constituição Federal e art. 25 da Lei 8.080/1990.

Sendo assim, a Administração Pública deve, **OBRIGATORIAMENTE**, dar a devida preferência as entidades referidas no artigo 199, §1º, da Constituição Federal.

Isso porque, conforme já reconhecido pela Procuradoria-Geral do Município de Sumidouro (**cópia do parecer em anexo**) a ausência dessa previsão infringe o direito de prioridade assegurado às entidades filantrópicas e sem fins lucrativos, comprometendo os princípios da legalidade e isonomia.

A ausência de previsão de preferência e de critério de desempate afronta diretamente os princípios da legalidade (art. 37, caput, CF), isonomia e eficiência, uma vez que prejudica o equilíbrio da competição e desconsidera as diretrizes legais que favorecem entidades sem fins lucrativos.

Por fim, normas como a Portaria de nº 1, de 28 de setembro de 2017, de Consolidação das normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde, asseguram que a preferência às entidades filantrópicas e sem fins lucrativos deve ser observada em todas as contratações públicas no âmbito do SUS, incluindo critérios específicos em situações de desempate.

DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer:

a) O acolhimento desta impugnação e a **retificação do edital**, para incluir:

- A previsão expressa da preferência às entidades filantrópicas e sem fins lucrativos;
- Critérios de desempate que beneficiem essas entidades, como determina a legislação.



ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE BEM VIVER

CNPJ: 08.381.383/0003-69

Rua João Amâncio, nº 16, BL A, Lj 1, centro,
Sumidouro– RJ CEP: 28.637-000

- b) A **suspensão do certame** para contratação de serviços de exames laboratoriais, até a decisão final sobre a presente impugnação, a fim de evitar prejuízos ao erário e garantir a lisura do certame;
- c) A imediata comunicação da apreciação da presente Impugnação, conforme prazo estabelecido em lei, para que se promova a ampla defesa de seus direitos, como é de justiça;
- d) A publicação de novo edital com as devidas correções, assegurando a observância das normas legais e constitucionais;
- e) Requer, finalmente, a **PROCEDÊNCIA** da presente Impugnação, *in totum*.

Sumidouro, 19 de novembro de 2024.

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE BEM VIVER- ABBV
Ari Alves da Silva Júnior